



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 2 mai.-out. 2020
p. 102-118.

O cissexismo como uma norma não escrita da psicanálise (ou: para que serve o gênero à clínica?)

(El cissexismo como una norma no escrita del psicoanálisis (o: ¿para qué sirve el género para la clínica?))

(Cissexism as an unwritten norm of psychoanalysis (or: what is gender for clinic?))

José Stona¹
Andrea Ferrari²

RESUMO: O artigo, em um primeiro momento, tem por objetivo discutir historicamente o conceito de cissexismo. Em um segundo momento, visa a demonstrar como esse conceito pode se transformar em uma regra não escrita da teoria psicanalítica freudiana se o analista não estiver atento às demandas da clínica e à cultura de seu tempo. Neste artigo, justifica-se que os estudos de gênero são ferramentas clínicas de arejamento teórico para que os psicanalistas não cometam atitudes normativas, violentas e estigmatizantes na clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Cissexismo. Gênero. Teoria Psicanalítica. Dispositivos Clínicos.

Abstract: The article, in a first moment, aims to discuss historically the concept of cissexism. Secondly, it aims to demonstrate how this concept can become an unwritten rule of Freudian psychoanalytic theory if the analyst is not attentive to the demands of the clinic and the culture of his time. In this article, it is justified that gender studies are theoretical tools of theoretical aeration so that psychoanalysts do not commit normative, violent and stigmatizing attitudes in the clinic.

Keywords: Cissexism. Gender. Psychoanalytic Theory. Clinical Devices.

Resumen: El artículo, inicialmente, tiene como objetivo discutir históricamente el concepto de cissexismo. En segundo lugar, tiene como objetivo demostrar cómo este concepto puede convertirse en una regla no escrita de la teoría psicoanalítica freudiana si el analista no es consciente de las demandas de la clínica y la cultura de su tiempo. En este artículo, se justifica que los estudios de género sean herramientas clínicas de ventilación teórica para que los psicoanalistas no cometan actitudes normativas, violentas y estigmatizantes en la clínica.

Palabras clave: Cissexismo. Género. Teoría psicoanalítica. Dispositivos clínicos.

¹ Psicólogo. Psicanalista. Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise e Cultura Contemporânea. Mestre em Psicanálise Clínica e Cultura (UFRGS). Especialista em Problemas do Desenvolvimento da Infância e Adolescência (Lydia Coriat). Coordenador do Grupo de Estudos em Psicanálise e Dissidências Sexuais e de Gênero (UFS). E-mail: jstona@icloud.com

² Psicóloga. Psicanalista. Especialista (UFRS), Mestra (PUC-RS) e Doutora (UFRGS) em psicologia. Professora Dra. do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), andreaagferrari@gmail.com.



1. Introdução

Em tais juízos não nos deixaremos influenciar pela contestação dos partidários do feminismo, que desejam nos impor uma total equiparação e equivalência dos sexos, mas admitiremos de bom grado que também a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto. (FREUD, 1925, p. 298)

‘A citação fala de um movimento importante na leitura da obra freudiana, tratando desses momentos em que Freud parece esbarrar na norma inscrita sobre o gênero, mas ainda lhe faltavam instrumentos críticos para sustentar um rompimento por completo, mesmo que, como ele mesmo refere diretamente, o feminismo já tencionasse à psicanálise. Hoje, poderíamos continuar sustentando esse posicionamento de recusa em sermos “partidários do feminismo”, porém escolhemos uma postura ética que se interessa mais pela parte do “admitiremos de bom grado” e partimos do pressuposto de “construções teóricas de conteúdo incerto” como caminho político de interesse.

Neste artigo, portanto, trabalharemos com a ideia de uma regra não escrita, inspirados no trabalho de Bulamah (2016, p. 153), quando diz que, em suma, uma regra não escrita é uma “regra de conduta, uma oposição silenciosa a anormalidades e desvios protagonizada inconscientemente na e pela psicanálise institucionalizada e seus agentes, visando à disciplina e à normalização dos indivíduos”. É uma regra não formalizada e cercada de silêncio.

Assim propomos, aqui, duas questões. De um lado, articular historicamente o conceito de cissexismo para, posteriormente, percebermos suas implicações na teoria psicanalítica freudiana. Essa ação tem como propósito discutir o fato de que, como veremos, existem usos da psicanálise que partem de uma possibilidade de leitura cissexista da teoria como pressuposto fundante, para compreender os processos supostamente normais de subjetivação. De outro lado, pensarmos como essa possibilidade de leitura, temporalmente distante e cissexista, traz como consequência a estruturação de um arcabouço cisnormativo para justificar a estigmatização e patologização de experiências e processos subjetivos não cisgêneros. Tal patologização, muitas vezes, é pautada não no ponto de vista diagnóstico da psicanálise, mas propriamente da psicopatologia médica, ou seja, analistas escutando as experiências não cisgêneras por meio do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e não da singularidade do sujeito e da associação



livre, justamente por levarem a compreensão dos processos de subjetivação por meio de certa naturalização cisnormativa.

2. Gênero: um conceito necessário à construção histórica do cissexismo

Para concebermos nossa reflexão sobre a construção histórica do termo “cissexismo” (e, conseqüentemente, da cisgeneridade e cisnormatividade), é imprescindível que reconheçamos o esforço de diversas teorias feministas, em cada pauta histórica com suas questões específicas, denunciando os papéis sexuais supostamente estanques e imutáveis, a estrutura do patriarcado e toda a hegemonia masculinista na produção de conhecimento, conforme apontado por Donna Haraway (2004) e Joan Scott (1995)³. Acreditamos que o estudo aprofundado das teorias feministas seja essencial para a discussão sobre gênero e psicanálise, mas esse estudo sairia dos limites deste trabalho, razão pela qual não nos ateremos a ele.

Neste artigo, propomos pensar, a partir dos estudos de gênero, com Butler (2003), em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Na referida obra, a autora retoma pautas feministas discorrendo sobre a compreensão colonizadora e, conseqüentemente, estrutural da naturalização do sexo biológico como imutável, e o gênero como uma inscrição cultural organizada com base no sexo. Butler (2003) historiciza corpo e sexo, problematizando a dicotomia sexo e gênero, que, durante séculos, levou à compreensão da existência de uma lógica binária de dois sexos (macho/fêmea) e de dois gêneros (homem/mulher) como saídas naturalizadas e esperadas para o sujeito desde sempre, em um contexto construído historicamente e legitimado por diversos discursos (saúde, assistência, psiquiatria, psicologia, educação etc.). Contudo, segundo a autora, isso não garante o estatuto de verdade última sobre o gênero.

Para Butler (2003), a coerência e linearidade histórica entre sexo, gênero, prática sexual e desejo é sempre antecipada para ser mantida por uma lógica dominante de uma matriz cultural que estabelece, como uma espécie de imperialismo epistemológico regulador, a compreensão do sujeito por meio da compulsão da heterossexualidade como um vetor almejado desde o nascimento. A heterossexualidade passa, então, a ser a coerência naturalizada para compreender o normal da sexualidade, estabelecendo, assim, uma norma, um modelo ideológico chamado heteronormatividade.

³ Para uma discussão qualificada sobre o assunto, cf. Donna Haraway (2004), “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”; e Joan Scott (1995), “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”.



Nesse sentido, os sujeitos que não compõem esse processo compulsório da constituição da heterossexualidade – seja qual for sua forma de ser e estar no mundo, independentemente do processo de formação de sua sexualidade –, por si só, são seres desviantes, doentes e subversivos, ou seja, ininteligíveis. Tais sujeitos, na medida em que não se submetem às regras do jogo ditadas pelo discurso dominante, formam um processo de resistência, mas também uma “estranheza” diante dos ditames sociais que, no anseio de enquadrá-los novamente nas categorias já conhecidas, os cercam de mitos e estereótipos. A estranheza movida pela subversão da heteronormatividade é causada pelo fato de ela produzir a normalidade por meio da inteligibilidade para quem a reproduz e uma inteligibilidade abjeta, desviante e doente para quem não a reproduz, por meio da concepção pênis-macho-homem-masculino-heterossexual e vagina-fêmea-mulher-feminina-heterossexual.

Entretanto Butler (2003) aponta que ninguém consegue performar totalmente essa norma – nem mesmo uma pessoa heterossexual. Alguns conseguem performar melhor, outros não, mas sempre há algo que escapa. Existem, então, sujeitos que não terão seu corpo, sua identidade, sua orientação sexual etc. reconhecidas e respeitadas em razão de a norma produzir o entendimento de um encaixe fixo dessas produções em uma lei cultural binária. Por isso, a autora questiona: “até que ponto os sistemas lógicos identitários sempre exigem que a construção de identidades socialmente impossíveis ocupe o lugar de uma relação não nomeada, excluída, mas pressuposta e subsequentemente ocultada pela própria lógica?”. (BUTLER, 2003, p. 78)

Para Butler, o corpo é modelado por forças políticas de interesses estratégicos que têm por objetivo mantê-lo binariamente limitado e constituído pelos marcadores sexuais compulsórios. Essas forças são práticas reguladoras que visam a manter uma espécie de coerência cultural, impondo ao corpo um regime de códigos específicos para a regulação e coerência, por meio de poderes institucionais citacionais.

No pensamento da autora, não há condição verdadeira da natureza ontológica ou binarismo que não esteja incluída culturalmente. O gênero precede, fabrica e define os sexos de modo performativo, ou seja, é uma sequência de atos que o faz. Esses atos, gestos e desejos “produzem um efeito performativo, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. (BUTLER, 2003, p. 235) A repetição estilizada de atos cria a ideia do gênero e, assim, nós atuamos como se “ser homem” ou “ser mulher” fosse um fato passivamente



dado por meio de uma essência, uma ilusão de substância, embora seja um fenômeno produzido e reproduzido ativamente o tempo todo e regulado por consequências claramente punitivas.

Cada vez que um sujeito é designado menino, esse ato marca seu corpo e ele constantemente será vigiado e punido para ser, no futuro, um homem. Se, em algum momento, esse corpo produzir um ato que seja considerado pelo discurso como feminino, um outro o punirá, dizendo: “isso é coisa de menina” Connel e Pearse (2015). Tal ação punitiva não é apenas daqueles que ocupam o lugar da instituição parental, mas de todas as instituições, a exemplo das lojas de brinquedo projetadas, na planta, sob a arquitetura das cores rosa e azul, os perfumes de “homem” e de “mulher” etc.

Gênero, para Butler, é entendido como a expressão de atributos e atos das várias maneiras como o corpo mostra ou produz significação cultural, não havendo uma identidade de gênero verdadeira. Segundo Porchat (2014), o conceito de performatividade utilizado por Butler está organizado como prática discursiva que produz uma realidade por meio da nomeação, ou seja, o poder opera por meio do discurso. Desde antes do nascimento, ao designarmos “menino” ou “menina”, codificamos esses atos por meio de enunciados que visam a organizar esse corpo para ser masculino ou feminino em um jogo repetido de atos.

Diante disso, Butler (2003) resgata a discussão de Rubin (1975), na qual a autora denuncia como não podemos pensar sexo e gênero como elementos separados, mas relacionados em sistemas de sexo-gênero, construídos historicamente por meio de relações de poder que instauram normativas que produzem os domínios de corpos possíveis ou abjetos, os quais servem de fronteira ou de limite de inteligibilidade. Várias manifestações da sexualidade, identidade e gênero são, desse modo, consideradas ininteligíveis, irreconhecíveis e inviáveis. Como aponta Arán (2006), a força da normatização se dá justamente pelo recalque, pelo repúdio ou mesmo pela forclusão desse território que deve permanecer fora das possibilidades de simbolização. Assim, Butler (2003) nos chama atenção para estarmos atentos a como estabelecemos nossa compreensão sobre o corpo e como compreendemos a categoria de sexo para, então, percebermos como nossas ideias são moldadas pelas normas dominantes da sociedade.

3. A nomeação de uma regra não escrita

Logo é nas proposições dos movimentos feministas e, principalmente, por meio da literatura de Judith Butler (com o conceito de heteronormatividade e performatividade), em



conjunto com os estudos sobre interseccionalidade, de Crenshaw (1989) e Davis (2016), e com os estudos raciais de Fanon (2008) e Mbembe (2013), que teremos as bases políticas e teórico-críticas necessárias para que seja possível perceber a existência de outra normatização⁴ operando para produzir concepções ontológicas na leitura sobre o sujeito, os corpos e as identidades. Tal normativa, agora, tem sido relacionada ao prefixo cis nas suas formas, como cissexismo, cisgeneridade, cismatrimônio e cisgênero. Seu surgimento foi possível⁵ devido às discussões dos ativismos transfeministas⁶ em conjunto com a maior presença de pessoas gênero-diversas ocupando um lugar de fala reconhecido e, conseqüentemente, quebrando discursos hegemônicos, pois suas falas têm caráter político e colocam em questão o discurso da ciência por meio das suas próprias experiências.

Vergueiro (2015), em seu escrito *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, nos mostra a necessidade de utilizarmos teorias decoloniais (feminismo interseccional, dos estudos raciais e do transfeminismo) como bases teóricas para pensarmos um objeto – a cisgeneridade – como uma colonialidade.

Por meio do seu trabalho, Vergueiro (2015) nos mostra como o cissexismo é uma norma silenciosa, sutil, banal e, principalmente, não nomeada, não descrita em nenhum espaço, mas que atua como ponto-base para a padronização dos corpos, um modelo estrutural e colonizador que discursivamente mantém a cisgeneridade como normal/natural na compreensão de corporalidades/subjetividades. Nesse cenário, a autora interroga por que, quando um corpo não cisgênero tenta se validar em qualquer espaço, é necessário convocar diversos dispositivos de ordem ética, bioética, jurídica, social, médica e psicológica para produzir uma resposta de possibilidade, permissão e de legitimidade enquanto isso não ocorre com um corpo cisgênero.

Assim, ela nos mostra como o cissexismo é agenciado por distintos processos por meio dos quais se produzem a naturalização dos corpos cisgêneros e a criminalização, patologização e estigmatização de corpos não cisgêneros, evidenciando o que Butler (2003) aponta sobre como o

⁴ É importante, talvez, uma reflexão acerca da inexorabilidade que há entre produzir conhecimento e normatividade. Ainda que Butler consiga fundamentar algo novo no que tange ao gênero, também cria uma espécie de ideal a ser seguido.

⁵ Assim como a heteronormatividade surge a partir das discussões feministas e dos movimentos LBGTQAI+ sobre como a heterossexualidade é um ideal regulatório da sexualidade.

⁶ Conforme aponta Jesus (2015), o transfeminismo é uma linha de pensamento feminista que tem como pauta pensar a visibilidade e a demanda da população trans, devido a invisibilidades dentro do próprio feminismo. Ela, surgida pela auto-organização e emancipação das pessoas trans, é uma teoria que rediscute a subordinação morfológica do gênero ao sexo, condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária.



corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. Tal conceito, portanto, antecede a compreensão da heteronormatividade, pois, antes que o sujeito possa se situar diante da sua orientação sexual, ele está inserido em jogos de poder que o definem enquanto homem ou mulher. Esses jogos de verdade antecipam um corpo com sentidos generificados por meio de um essencialismo estratégico, ou seja, categorias fixas de identidade a partir do sexo designado que será lido, nessa mesma produção normativa, como sexo biológico, remetendo a biologia a um estatuto fixo, fundacional e imutável.

Vergueiro (2015) faz uma busca histórica sobre as complexas interações do cissexismo na produção de corpos e gêneros inconformes e encontra na cisgeneridade o modelo colonizatório e idealizado sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero em diversas epistemologias. Seu objetivo passa a ser descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero e, por meio de uma estratégia político-subversiva, ela propõe analisarmos quais são os dispositivos dessa produção material, política e existencial de normatização, com o intuito de questionar “as hierarquias de autenticidade e inteligibilidade entre corpos e identidades de gênero, através de uma proposição conceitual”. (VERGUEIRO, 2015, p. 47)

Vergueiro (2015, p. 48) coloca as terminologias cis (cisgeneridade, cissexual, cisgênera e cissexismo) no contexto de gênero, como genealogias da cisgeneridade, com o propósito de “(re)pensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades”. Nesse sentido, não só a heteronormatividade é uma base estrutural colonial que sustenta a antecipação e compreensão do que é normal e natural, mas, também, a cisnormatividade é, da mesma forma, um elemento central de normatividade colonialista, porém bem mais invisível nas teorias do que a heteronormatividade.

A autora constrói uma crítica decolonial e antinormativa, denunciando as principais formas em que a cisgeneridade opera como ciscolonialidade, ou seja, um regime de opressão por meio dos sistemas biopolíticos que têm naturalizadas as perspectivas e racionalidades eurocêntricas de catalogação de anormalidades pelo modelo da cisgeneridade como natural e normal. A intenção da autora, ao nomear e tomar a cisgeneridade como elemento analítico, é mostrar como podemos, por meio dessa nomeação, significar um giro decolonial e desnaturalizar



dizeres como mulher (de verdade, normal, biológica), homem (de verdade, normal, biológico) para mulher-cis e homem-cis, deslocando essa posição hierarquizada e superiorizada.

Assim, ela nos apresenta três traços centrais que não operam isoladamente, mas em entrelaçamento constante, como “fatores interseccionalmente significativos entre as variadas dimensões e pertencimentos socioculturais humanas” (VERGUEIRO, 2015, p. 53), para percebermos como o cissexismo atua dentro de diversas epistemologias. São eles: a pré-discursividade, a binaridade e a permanência.

A pré-discursividade é a noção de que pode haver a verdade do gênero fixada ao sexo (que seria imutável e natural), um entendimento sociocultural, histórico e normativo que considera ser “possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de certas características corporais”. (VERGUEIRO, 2015, p. 61)

A binaridade é a maneira por meio da qual se estruturam colonialmente as compreensões culturais e epistemológicas sobre o corpo, o gênero e o sexo: em dualismos e pares de opostos, onde só existem dois gêneros e dois sexos.

A permanência é a premissa de que os corpos normais são aqueles que apresentam uma linearidade entre sexo-gênero-orientação sexual-prática sexual, em que uma pessoa precisa estar dentro desses pressupostos para ser aceita/normal, ou seja, inteligível. Esses traços geram uma estrutura citacional ciscolonial que, arbitrariamente, produz a condição imaginária da existência de um homem de verdade, que precisa ter pênis, e que existe uma mulher de verdade, que precisa ter vagina.

Isso posto, conseguimos construir elementos críticos para pensar como a estrutura do conhecimento está organizada a partir da compreensão da existência de uma sexualidade normal, heterossexual e de um corpo normal, cisgênero. Essa dupla inscrição de não reconhecimento de uma base ciscolonial, em conjunto com a resistência a uma aproximação dos estudos de gênero e uma colagem aos diagnósticos psiquiátricos, tem, como consequências, diversas violências por parte de uma maioria de psicanalistas, como veremos a seguir. A nossa questão, agora, é pensarmos como essas bases ciscoloniais estão inscritas também na teoria psicanalítica, já que, em conceitos como diferença sexual, Complexo de Édipo e sexuação, podemos observar claramente esses traços da ciscolonialidade.



Por conseguinte, a partir da discussão proposta por Vergueiro (2015), faremos o esforço de mostrar como os conceitos de diferença sexual, Complexo de Édipo e sexuação são, conforme aponta Latour (2000), caixas pretas⁷ da teoria psicanalítica. A caixa preta é uma analogia que o autor faz ao engessamento em certezas de um fato ou uma afirmação científica, que é resultante de acordo entre atores. Esse fato se torna, então, aceito por muitos como dado, pronto, verdadeiro e incorporado nos saberes científicos, ou seja, “quanto mais pessoas acreditam nela, mais a usam como caixa preta que ninguém ousa abrir”. (LATOUR, 2000, p. 73) São, enfim, conceitos que se engessam com excessos de sentidos e não são desarmados temporalmente, tomando proporções centrais e se tornando mais uma teoria que fortalece a patologização e estigmatização de experiências não cisgêneras.

Feitas essas considerações, agora iremos pensar como o não reconhecimento da binaridade, permanência e pré-discursividade existe dentro da própria teoria psicanalítica. Embora a pretensão não seja, aqui, elaborar uma análise exaustiva da obra freudiana, pretendemos, em um breve exame, pontuar minimamente como esses pressupostos ciscoloniais são fundantes da elaboração de tais conceitos psicanalíticos.

4. Conceitos-chave para iniciar um debate sobre cisnormatividade na psicanálise

Pensar o gênero, a partir da psicanálise, implica rever suas bases teóricas [...] como também enfrentar posições de poder dentro das próprias instituições psicanalíticas, muitas delas, sustentadas pela confirmação teórica do valor falo-pênis. (ZAMBRANO, 2018, p. 25)

Para pensarmos em um debate sobre a ciscolonialidade na teoria psicanalítica, é inevitável irmos ao encontro da teoria da sexualidade. Por mais que ela esteja ligada diretamente ao inconsciente e por mais que a pulsão seja um termo histórico e contingente, escolhemos, aqui, o enfoque de conceitos que têm repercussão e importância essencial para a discussão que propomos: diferença sexual e Complexo de Édipo em Freud. Ademais, essa necessidade decorre do fato de que “repensar o sexual na psicanálise não é apenas uma necessidade ética e política, mas também uma tarefa teórica da maior importância” (ARÁN, 2009, p. 654), tendo em vista que “a

⁷ A tese do sociólogo Bruno Latour (2000) pretende demonstrar como se dá a descoberta e a produção dos fatos científicos por meio de diversos atores temporalmente situados em suas lutas morais, práticas sociais e políticas, decorrentes de suas culturas, economias e visões de mundo particulares. Qualquer fato científico só se torna estável e estabelecido como natural quando consegue, mediante estratégias de repetição, apagar as trajetórias pelas quais tal fato foi produzido, fazendo as pessoas pararem de olhar e de se questionar sobre sua origem e época de fabricação. Um dos maiores exemplos que o autor nos oferece é a retomada da dicotomia entre natureza e cultura, que foi artificialmente separada para criar a prática científica moderna.



psicanálise é acusada de ser um instrumento de consolidação do binarismo homem/mulher, e de promover categorias de gênero binárias e heterocentradas”. (SAEZ, 2004, p. 191)

Assim, Klautau, Winograd e Souza (2014) referem que Freud, imerso em uma Áustria do século XIX para o século XX, época que visava à dualidade moral-científica e moral-estética, cria conceitos fundamentais para a construção da sua teoria do sujeito. A leitura de suas obras possibilita ao menos duas interpretações possíveis diante dos processos de subjetivação. A primeira é pensar sobre a existência de pluralidades nos fatores determinantes da sexualidade nos processos de subjetivação, refletida na diversidade de efeitos do comportamento sexual manifesto por meio da possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos como sua característica original, e, ainda, retomar a importância de a pulsão não ter objeto definido. A segunda é pensar em modelos binários, ideais regulatórios da sexualidade, identificação sexual e escolha de objeto. Assim, propomos dar ênfase a esses conceitos supervalorizados para que possamos perceber, posteriormente, suas consequências normativas até hoje.

Em seu percurso, Freud criou conceitos que parecem ter sido pouco valorizados pelos psicanalistas, a exemplo das múltiplas formas de erotização do corpo (FREUD, 2016a), as diversas formas de composição das teorias sexuais infantis (FREUD, 2015a), a pulsão sem objeto predefinido (FREUD, 2015b), além da disposição de mesclas de traços da masculinidade e feminilidade como característica originária dos processos de subjetivação. (FREUD, 2006) Em contrapartida, outros – que produzem discussões, discórdias e eco nas elaborações pós-freudianas até hoje – foram supervalorizados, como a anatomia enquanto destino (FREUD, 2016b), a extrema importância na diferença sexual (FREUD, 2010) e as saídas binárias edípicas como as únicas possíveis para o sujeito. (FREUD 2013)

Outrossim, desde seus primeiros escritos, quando percebe a importância da sexualidade na etiologia das neuroses, o autor, em seu texto inaugural e também um dos mais famosos, “Os três ensaios de uma teoria da sexualidade” (FREUD, 2016a, p. 18), deixa claro que seu interesse era “ampliar o conceito de sexualidade” da época, criando sua teoria da sexualidade e convocando os pensadores contemporâneos a expandirem seus horizontes sobre a sexualidade. Assim, Freud tornou inegável, hoje, pela via da psicanálise, o reconhecimento sobre a existência da sexualidade infantil, e é por meio dela que ele nos mostra como, até certo ponto, o desenvolvimento psicosexual, tanto de meninos quanto de meninas, caminha por muito tempo na mesma direção. Ambos primordialmente compartilham a mesma constituição bissexual.



(POLI, 2007) Como bem aponta Arán (2009), o conceito de sexualidade foi o que mais sofreu modificações ao longo da obra freudiana. A descoberta da sexualidade infantil provocou modificações irreparáveis na compreensão sobre os processos de subjetivação e a formação dos sintomas, inaugurando uma nova forma de pensar a relação entre pulsão sexual e cultura, o que tem influenciado todas as teorias sobre sexualidade desde então.

Porém tanto a menina quanto o menino, em determinado momento, confrontam-se com organizadores psíquicos que irão produzir uma diferença inicialmente pautada pela consequência psíquica da diferença sexual e, posteriormente, pela relação de cada um com o Complexo de Édipo e a castração mediada pelo Outro. Ou seja,

O adulto atribui um gênero à criança, ou seja, o bombardeia de mensagens prescritivas. Essas mensagens, porém, são ambíguas, pois carregam também os seus conteúdos inconscientes. O infante precisa simbolizar esses enigmas e procura traduzir essas mensagens plurais pelo sexo dual. Essa tradução-simbolização, na maioria dos casos, visa recalcar toda subjetivação plural e diversificada do gênero, mas ela produz um resto da tradução, que é constitutivo do inconsciente. (AYOUCH, 2015, p 28)

Assim, primeiramente pela via da observação, “o genital já assume o papel condutor” (FREUD, 2011, p. 206), e a criança privilegia a operação simbólica da presença-ausência do falo, e não a existência de dois sexos. Trata-se, aqui, da incidência psíquica da diferença anatômica entre os sexos. Só posteriormente, após a latência, é que a diferença dos sexos se torna fundamental para o reconhecimento da diferença, segundo Lima (2009).

Portanto já temos um elemento importante e pré-discursivo a ser levado em conta: uma pressuposição, desde a origem, de uma dissimetria binária fundamental em relação ao falo, em que o corpo é antecipado, regulado e mantido para sustentar sempre uma diferença que já estaria supostamente colocada por meio da diferença sexual, ou seja, da naturalização da cisgeneridade.

No texto “Organização genital infantil” (FREUD, 1923, p. 171), Freud reforça a visão masculinista da cultura e reatualiza a masculinidade hegemônica ao dizer que, “para ambos os sexos, apenas um genital, o masculino, entra em consideração”; não existindo, pois, uma primazia genital, mas uma primazia do falo. Assim, contudo, ele torna a masculinidade universal e a feminilidade um obscurantismo em praticamente toda sua obra.



Ao organizar a teoria da sexualidade, o autor parte de pressupostos pré-discursivos, binários e permanentes da diferença sexual, estabelecendo, por meio da observação, a generalização desses pressupostos como a normalidade dos processos subjetivos. Logo, a primazia do falo coloca em questão a feminilidade como aquilo que sobra da masculinidade pela via do “castigo de castração”, em que “o masculino reúne no sujeito, a atividade e a posse do pênis e o feminino assume o objeto e a passividade”. (FREUD, 2016a, p. 174)

A partir dessas concepções, temos na psicanálise freudiana a base necessária para a compreensão cisnormativa sobre os processos subjetivos, tendo em vista que o autor enfatiza que “a diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico [...] onde a anatomia é destino”. (FREUD, 2016a, p. 211)

A diferença sexual, supostamente instalada no início da organização psíquica do sujeito, produz concomitantemente a emergência de outros dois momentos da constituição psíquica – o Complexo de Édipo e o complexo de castração – que seriam universais e aconteceriam obrigatoriamente de forma diferente para o menino e a menina.

O conceito de Complexo de Édipo, na psicanálise freudiana, diz respeito a uma operação subjetiva psíquica que tem como propósito fazer que o sujeito possa, ao reconhecer a diferença sexual por meio da cultura, se posicionar na masculinidade ou na feminilidade a partir da inscrição subjetiva da castração (operação fundante do sujeito mediante a inscrição da falta). O Complexo de Édipo é

Um fenômeno inconsciente que se constitui num momento de passagem que mobiliza pulsões, afetos e representações ligadas aos pais. Na sua chamada forma positiva, o complexo se apresenta como na história do Édipo-Rei de Sófocles: desejo de morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Esse complexo está estritamente relacionado à noção de Castração, o qual vai desempenhar uma função interditora e normativa que terá diferentes destinos nas trajetórias masculinas e femininas. (ARÁN, 2006, p. 656)

Portanto o modelo ideal de saída da conflitiva edípica estaria situado de forma binária, a partir de uma família nuclear, com o propósito de manter a heterossexualidade como normalidade. Isso porque, no menino, teremos a identificação com o pai e o endereçamento da escolha de objeto para a mãe como modelo e, no Complexo de Édipo da menina, seria a identificação com a mãe e o endereçamento da escolha de objeto ao pai. Assim,



como se pode notar, a transposição do complexo de Édipo implica, em termos pulsionais, em diferentes destinos para a passividade. Para as mulheres, a sua assunção; para os homens, sublimação, recalque e inibição. O motor desta operação é a angústia de castração. Diante da possibilidade de ser desprovido do falo, que seu pênis representa, o menino abandona (recalca, sublima e inibe) a posição passiva que o mantém preso ou bem à mãe ou bem ao pai, na face invertida do Édipo. A menina, por seu lado, já foi privada do falo. É por frustração que ela será levada a abandonar a mãe e com ela as pulsões ativas. A passividade será transferida à relação com o pai. (POLI, 2007, p. 283)

Por conseguinte, a teoria da sexualidade, em Freud, organiza intencional ou inintencionalmente operadores conceituais cis-heteronormativos que se propõem a “conciliar a sexualidade infantil com o que se chama sexualidade normal dos adultos e a vida sexual anormal dos pervertidos”. (FREUD, 2016a, p. 232) Como aponta Prates (2018), até o final da obra freudiana existe a ideia de que a anatomia constitui um limite que não pode ser ultrapassado, no que se refere à diferença sexual humana, ou seja, a diferença sexual estaria dada *a priori*. É a diferença sexual anatômica, enfim, que vai determinar as consequências psíquicas.

Freud vai manter até o final de sua obra uma posição contraditória em relação à diferença sexual, ele a percebe como um limite que não pode ser ultrapassado, no que se refere a essa diferença. E, em certo ponto, vai definir a diferença sexual como a rocha da castração, no qual haveriam duas versões distintas, dependendo do sexo anatômico do sujeito, ‘angústia de castração para os homens e a inveja do pênis para as mulheres’. (PRATES, 2018, p. 55)

A partir do exposto, Zambrano (2018) refere que a reformulação dos pressupostos que embasam o Complexo de Édipo (família nuclear, necessidade da diferença sexual para subjetivação, castração, entre outros) poderia minimizar os efeitos discriminadores que povoam não apenas os equívocos diagnósticos e o cotidiano da clínica, mas também a fala pública de alguns psicanalistas.

5. Conclusão

Diante dos fatos apresentados, muitas questões poderiam ser justificadas com a simples afirmação de que “no tempo de Freud era assim”. Entretanto ainda existem psicanalistas que não conseguem fazer o exercício crítico de pensar a teoria em seu tempo e cultura e, como consequência, mantêm a epistemologia de mais de 100 anos atrás como atemporal e universal, hoje, na clínica.



Todavia reconhecemos que a clínica também nos mostra que certos momentos constitutivos perduram até hoje. Temos, ainda, famílias nucleares, conflitivas edípicas, saídas identitárias e escolhas de objeto organizadas pela família nuclear, pela cisgeneridade e heterossexualidade, mas não temos mais apenas isso. Hoje precisamos ir além, não mais patologizando e deslegitimando outras configurações familiares, edípicas, identitárias etc. A nosso ver, parece imprescindível retomarmos constantemente o movimento freudiano de deixar que a teoria seja sempre secundária à clínica⁸, para que possamos revisitar, repensar e elaborar determinados conceitos, diante de novos movimentos da clínica e da cultura. Se assim o fizermos, vamos pensar que a construção e constituição do corpo pode, desde muito cedo, ser múltipla e não binária, pois o sujeito precisa do tempo de encontrar sentido para si – afinal, ele não é apenas um receptáculo passivo às inscrições de gênero, mas é ativo em seu processo subjetivo desde os primórdios.

Vimos como o dispositivo da diferença sexual, construído na modernidade por meio da naturalização de sistemas normativos de sexo-gênero, conforme menciona Arán (2006), exclui múltiplas configurações subjetivas, não as considerando normais e legítimas. Logo, tais conceitos supervalorizados parecem trilhar um caminho que servirá como base teórica cissexista, pela psicanálise, na leitura sobre o sujeito e os processos de subjetivação, nos oferecendo elementos suficientes para pensarmos como a pré-discursividade, a binaridade e a permanência se colocam dentro da teoria psicanalítica, já que “estão fundados numa matriz binária heterossexual que se converte em um sistema regulador da sexualidade e da subjetividade”. (ARÁN, 2006, p. 666) Segundo Cossi (2018), a diferença sexual ressuscita o binário em um meio em que se clamava pelo múltiplo, corroborando para negar a possibilidade de outras materialidades dos corpos.

Poli (2007), Arán (2009) e Cossi (2018) fazem um resgate histórico de literatura sobre a diferença sexual em Freud e nos explicitam com clareza como, contemporaneamente, há psicanalistas que não fazem o exercício crítico na leitura da obra freudiana, acabando por dar suporte a armadilhas, repetições e reatualizações de discursos pela via da masculinidade hegemônica – na qual a libido tem a disposição masculina com tendência à atividade, e a feminilidade seria produzida pela inveja do pênis (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013) – e

⁸ A questão é que a ética da psicanálise aponta que qualquer subjetividade é hipersingular e deve ser escutada sempre com o interesse de quem escuta algo novo. É a experiência clínica que deve fomentar as discussões e teses metapsicológicas, e não estas que devem moldar de maneira violenta um sujeito para que caiba em seus paradigmas. (RODRIGUES, 2016, p. 178).



da cis-heteronormatividade (supor que há características e especificidades típicas do menino e da menina, a partir de uma compreensão pré-discursiva do corpo e de que a feminilidade corresponderia à passividade e a masculinidade à atividade)⁹. Eles partem de um desconhecimento seletivo, “reevocando tais preceitos para reafirmar preconceitos históricos, certamente que não de todo desprovidos de fundamento, mas também já enferrujados pelo jargão”. (POLI, 2007, p. 280)

Assim, nosso questionamento se baseia em pensar como as situações supracitadas são operacionalizadas e transmitidas à clínica, tendo em vista que, primeiramente, há uma possibilidade de leitura teórica cissexista e, depois, uma transmissão dessa teoria para a clínica por meio de intervenções discriminatórias, estigmatizantes, violentas, patologizantes e, principalmente, cisnormativas na clínica.

Por fim, o gênero serve à clínica para pensar justamente em como há sofrimento naqueles que se veem presos em compulsoriedades normativas e nas consequências da naturalização da cisgeneridade como modelo de inteligibilidade e, inclusive, como modelo de escuta para alguns psicanalistas. Mas, principalmente, serve para entender que esse sofrimento não é intrapsíquico, ou seja, que o sujeito não sofre por “não ser cisgênero”. Esse sofrimento é, sim, produzido politicamente por uma cisnormatividade estrutural nas leituras dos processos subjetivos. De outro lado, o conceito nos serve para mostrar como a vida é certamente mais vivível quando não confinamos o outro a categorias que não funcionam para ele. (BUTLER, 2016) Hoje, a recusa por parte de analistas sobre as temáticas de gênero perpetua terapias corretivas, discriminações, estigmas e violências clínicas, lembrando um passado não tão distante, em que as homossexualidades já estiveram, também, nos manuais diagnósticos e na mesma posição via psicanálise.

Referências

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

ARÁN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 653-673, 2009.

⁹ O que significa reconhecer, nessa tradição, uma forma de organização do universo representacional, centralizado em um único significante ordenador, a partir do qual se estabelecem pares opositivos. (POLI, 2007, p. 286)



- AYOUCHE, T. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gênero plurais. *Percurso*, São Paulo, v. 54, n. 28, p. 23-32, 2015.
- BULAMAH, L. C. *História de uma regra não escrita: a proscricção da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. São Paulo: Annablume, 2016.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. *Dissidências Sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.21, n. 1, p. 424, 2013.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- COSSI, R. K. *Lacan e o feminismo: a diferença entre os sexos*. São Paulo: Annablume, 2018.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 140, p. 139-167, 1989.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: EDUFBA, 2008.
- FREUD, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16.
- FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a. v. 6.
- FREUD, S. (1908). Sobre as teorias sexuais infantis. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a. v. 8.
- FREUD, S. (1908). As fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b. v. 8.
- FREUD, S. (1916). O inconsciente. In: FREUD, S. *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 2.
- FREUD, S. (1924). O declínio do complexo de Édipo. In: FREUD, S. *Neurose, Psicose, Perversão: Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016b. v. 5.
- FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. In: FREUD, S. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.
- FREUD, S. (1912). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 8.
- FREUD, S. (1923). “O eu e o id”, “Autobiografia” e outros textos. In: FREUD, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- JESUS, J. G. *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- KLAUTAU, P., WINOGRAD, M., & SOUZA, O. (2014). O pré-discursivo na teoria lacaniana. *Psicologia USP*, 25(2), 115-124.
- LATOURETTE, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LIMA, J. *A dimensão ética da diferença sexual*. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.
- MBEMBE, A. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2013.



- PORCHAT, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- POLI, M. C. A Medusa e o gozo: uma leitura da diferença sexual em psicanálise. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, 10, p. 279-294, 2007.
- RODRIGUES, G. V. Escutando transidentidades na psicanálise: potencialidades subversivas. *Periódicus*, v. 5, n. 1, p. 171-184, 2016.
- RUBIN, G. (1975). O tráfico de mulheres. In: RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SAEZ, J. *Teoría queer y psicoanalysis*. Madrid: Editorial Sintesis, 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2015.
- ZAMBRANO, E. *Diálogos de uma psicanalista com a antropologia: um relato pessoal*. In: PORCHAT, P.; CORSETTO P.; FRANÇOIA C. (org.). *Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Calligraphie, 2018.

